

-----**ACTA N.º 215**-----

----- Aos dezassete dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 – Período de antes da Ordem do Dia -----

1.1 – Acta n.º 214 de 16 de Dezembro de 2011 -----

1.2 – Correspondência:-----

1.2.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara-----

1.3 – Intervenções-----

2 – Período da Ordem do Dia-----

2.1 – 1ª Revisão Orçamental-----

2.2 – Mapa de Pessoal – 1ª Alteração-----

2.3 – Venda de Participação Financeira – Autorização-----

3 – Outros Assuntos-----

3.1 – Encerramento do Tribunal de Sever do Vouga – Moção-----

4 – Período Destinado ao Público-----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum. -----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

1. Albino Tavares de Pinho -----

2. Alexandre Fernandes Tavares -----

3. Alexandre Paulo Tavares Machado -----

4. Álvaro de Pinho Duarte -----

5. Ana Raquel Machado e Costa -----

6. António da Silva Portela -----

7. Belmiro Manuel Marques -----

8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----

9. Cipriano de Arede Nogueira -----

10. Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----

11. Claudino da Fonseca Soares -----

12. David Dias Cabral -----

13. David da Silva Alves -----

14. Ercília Maria Marques Pedro -----

15. Fernando da Silva Oliveira -----

16. Harolde Soares da Silva Balaías -----

17. Isabel Maria Soares dos Santos -----

18. Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----

19. João Pereira Henriques -----

20. José Carlos Ribeiro de Sousa -----

21. José Luís da Silva e Almeida -----

22. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----

23. Júlio Martins Fernandes -----

24. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----

25. Mário Coutinho Martins -----

26. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----

27. Rui Manuel de Jesus Nunes -----

28. Rui Manuel Pires da Silva -----

29. Sandra Henriques da Silva -----

----- Faltou à sessão Renata Liliana da Costa Marques, cuja falta foi justificada, porque remeteu a respetiva justificação por escrito. -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Renata Liliana da Costa Marques, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida, Acácio Rodrigues Barbosa e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. ---

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão. -----

----- 1 - Período Antes da Ordem do Dia -----

----- **1.1 – Acta n.º 214 de 16 de Dezembro de 2011** - Foi submetida à apreciação a acta n.º 214, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura.-----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por maioria, com os votos contra de Cipriano de Arede Nogueira, Rui Manuel Pires da Silva e Isabel Maria Soares dos Santos e as abstenções de Cláudia Maria Rodrigues da Silva e Joana Patrícia da Silva Rodrigues. -----

----- Após votação da acta, entraram os membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Paulo Tavares Machado, Álvaro Pinho Duarte, Carlos Alexandre Arede da Silva, Ercília Maria Marques Pedro e Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira. -----

----- **1.2 – Correspondência:** -----

----- **1.2.1 – Seção PSD de Sever do Vouga:** Através de carta dirigida ao presidente deste órgão, foi comunicado pelo presidente da seção do PSD de Sever do Vouga, que o membro Rui Manuel Pires da Silva passaria a ser o líder da bancada, nesta assembleia municipal. ---

----- **1.2.2 – CPCJR - Relatório:** O presidente da assembleia municipal informou ter recebido o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Mas, atendendo ao facto do documento ser muito extenso, transmitiu que seria, oportunamente, disponibilizado aos membros deste órgão. -----

----- **1.2.3 – Informação Escrita do Presidente da Câmara:** Apresentado o documento e dada a palavra ao presidente da Câmara Municipal este prontificou-se a prestar qualquer esclarecimento adicional caso os membros presentes formulassem questões sobre a informação exarada no documento oportunamente disponibilizado.-----

Atendendo ao facto de não terem sido colocadas questões, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----- Depois, o presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo por ordem de inscrição. -----

----- Após a anotação de todos os registos, passou-se ao período de intervenções. -----

----- **1.3 – Intervenções:**-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir **Rui Manuel Pires da Silva**, tendo referido que, relativamente à “Reforma da Administração Local”, estivera a consultar a proposta de lei aprovada em conselho de ministros e não ficou muito satisfeito com o que viu. Disse ter acompanhado um pouco o processo no distrito de Aveiro, em várias palestras que foram feitas, e só na reta final é que lhe tinham dito que, talvez, as coisas viessem a ser diferentes. Referiu que a bancada do PSD está disponível para, juntamente com todas as outras bancadas que assim o entenderem, reunirem e pensarem seriamente em pedir à mesa uma sessão extraordinária para abordar este assunto e, também, da “Reforma do Mapa Judiciário”. Achou que devem colocar as politiquices à parte e pensar como Severenses. Disse querer questionar o presidente da Câmara porque,

as reuniões do Conselho Municipal de Segurança parece que foram suspensas e ficou mais preocupado até porque, ontem, por incrível que pareça, em pleno mês de Fevereiro, houve incêndios em Sever do Vouga. Achei importante este conselho reunir o mais rápido possível, até porque, Sever do Vouga, infelizmente, nas coisas más é sempre um alvo e os incêndios não costumam perdoar este município. Depois, referiu que junto à estrada do Alto da Serra, que liga Silva Escura a Ribeira de Fráguas, há um depósito de lixo de construção civil e de outros resíduos. Não sabendo se esse espaço pertence ao Município de Sever do Vouga. Também, quis saber se o presidente da câmara tinha conhecimento desse facto, além do mais, porque dava uma má imagem. Se não pertencer ao Município, o senhor presidente da câmara poderia fazer o obséquio de comunicar aquela situação ao presidente da câmara de Albergaria-a-Velha. -----

Referiu que, na última sessão, tinha falado sobre a estrada da Lomba, em Cedrim. Como, na altura, não tinha ficado convencido com as respostas e para que possa falar com alguns dados concretos, teve o cuidado de ir ver algumas actas e algumas comunicações. Então, chegou à conclusão de que, afinal, tinha razão. A estrada da Lomba começou, numa primeira fase, com cem metros incluídos na empreitada dos 50 caminhos. Mas, segundo o que está documentado, a Junta de Freguesia da altura solicitou à Câmara Municipal que suspendesse as obras que estavam a decorrer na altura porque havia a ideia de construir uma estrada com oito metros de largura. A Câmara Municipal acatou o pedido. Foi feito um projeto que previa uma plataforma de oito metros, foram feitas as expropriações e foi concretizado o compromisso. Em 2008, em reunião de Câmara, o senhor presidente da Câmara concordou em que a estrada deveria ter oito metros. Mas, em determinado local a estrada passa para três metros e noventa. Não sabendo porquê. A casa que foi feita nesse sítio onde a estrada estreita, curiosamente, pertence à filha do presidente da Junta de Freguesia de Cedrim, eleito pela lista do PS, mas sem querer ofender e querendo acreditar que é uma coincidência, a estrada não foi executada como constava no projeto. A câmara aceitou construir a estrada com oito metros. Depois, com o passar dos anos, o senhor presidente da câmara muda de ideias e desejou perceber porquê. Poderá, eventualmente, alguém ganhar com isto, mas quem perdeu, de certeza, foi a população. Nasceu uma casa no meio do projeto e gostava de saber o que mudou para que isto tenha acontecido. -----

A seguir, disse ter abordado também, na sessão passada, o caso de uma placa na Redouça que dizia “início trabalhos: Outubro 2009; data de conclusão: 30 dias depois”, e o presidente da Câmara disse que não, mas a placa continua lá e a obra continua por acabar e sugeriu que tirassem de lá a placa por parecer mal. Não seguiram o seu conselho, porque a placa ainda continua no mesmo lugar. Se, na altura, tinha a dúvida de que a placa tinha sido colocada como medida eleitoralista, agora, disse não ter qualquer dúvida. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que, começando pelo fim, referiu que, se há coisa na política que tenta evitar é que não haja este tipo de conversas, de suspeições e de alegados favorecimentos. Sabe que foi feito um projeto, mas não se recorda se a casa foi construída por onde passa a estrada. Será que a estrada iria passar pelo meio das Eiras? Fez a questão de, convidar todos os membros, para irem ao local e verificarem se algum projetista desenhava uma estrada para passar no local onde está essa casa. Para que não haja dúvidas e estas suspeições, que não lhe admitia, sugeriu que fossem ao local para ver. E que alguém lhe diga se alguma estrada passava por cima daquela casa. Disponibilizou-se com os vereadores para irem ao local, com quem quiser vir, para ver se há uma casa construída no meio da estrada. Há uns anos atrás, quando se pensou em fazer uma estrada que iria servir uma ou duas moradias, chegou-se a vias de facto para se fazer esta estrada. Aquilo que se quis resolver, na altura, foi o acesso à casa do senhor Orlando, porque ele andou a caminhar para aqui, anos a fio, a pedir um acesso. O tal esboço que foi feito é outra questão. Nunca esteve naquela empreitada fazer a ligação, até porque ali é reserva agrícola e só através da revisão do PDM é que pode ser solucionado. Aproveitou para dizer que, a maioria dos pedidos de alteração ao atual PDM, prendem-se com o aumento de zonas para construção e, se calhar, não vamos conseguir isso em todos os sítios. Disse que, nessa altura, há-de fazer força para que essa zona passe para construção e possibilite a continuação da estrada que, neste momento, não pode ser feita. -----

Em relação à Redouça, disse ser verdade que a estrada atrasou muito e irá haver muitas que, se calhar, vão atrasar ainda mais. Vai sair a nova lei dos compromissos. Muitos municípios não vão poder lançar mais empreitadas e algumas que estão em construção vão ter de ser suspensas, a não ser que a ANMP consiga os aspectos que defende. A associação de municípios conseguiu que a lei de compromissos vincule, para já, só a administração central e sairá um Decreto-Lei que vai regulamentar e adaptar a lei dos compromissos à administração local. -----

Em relação ao lixo, no Alto da Serra, disse já ter visto que andavam a depositar lá aterro e seria melhor avisar a Brigada do Ambiente e a própria GNR para verem se apanham alguém a depositar naquele local os resíduos de obra e outros bens. Mais referiu ser necessário articular com a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, com vista à realização de um projeto intermunicipal para melhorar aquela estrada. -----

Sobre os incêndios, disse terem ficado admirado com os três focos em simultâneo. Deu a entender que iremos ter um verão complicado e seria melhor marcar uma reunião do conselho de segurança, para serem analisadas ações de prevenção. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida**, tendo dito o seguinte: Começou por relembrar que todos sabemos que estas reuniões têm uma ordem de trabalhos que nos cabe cumprir ou corremos o risco de transformarmos estes momentos de liberdade, onde cada um pode apresentar os seus pontos de vista, numa anarquia sem regras e o regimento existe para ser respeitado. Talvez não entendendo o teor da intervenção que produziu na altura e fruto do imprevisto foram feitas algumas afirmações que lhe merecem alguns comentários agora, na hora e local próprios. Uma em especial, pois certamente todos detestam que chamem lixo ao nosso país, ainda por cima quando conhece outros, muito piores, e nunca os apelidaria de tal. Relembrou que a tomada de posse deste governo aconteceu em 21 de Junho de 2011 e baixaram o *rating* do nosso país em 06 de Julho desse ano; recorda-se de alguém com muitas responsabilidades até dizer a propósito, que era um murro no estômago mas, quem adicionou à crise económica uma crise política não poderia esperar outra coisa. Também acredita que, fruto dos ensinamentos destes novos tempos, já todos aceitam: que a agenda das empresas de *rating*, é tudo menos inocente e fazem estas habilidades na véspera ou no dia que os países vão ao mercado e logo alguém ganha milhões sem produzir o valor dum prego e que, para além do que se passa cá, existe uma crise internacional sem precedentes. Em 2008, com a crise do *subprime* nos Estados Unidos como pano de fundo, a Europa deu instruções para os governos suportarem a banca, retomarem o investimento público e porem fim à contenção de despesa sob pena de se arrastar a União Europeia para uma crise sem precedentes. Depois a Sr.^a Merkel fruto das sondagens de opinião alemãs e coadjuvada por esses monstros sem rosto chamados “mercados” alertaram para o risco das dívidas soberanas e foi o que se viu. A história julgará. Ainda tem mais memórias, o que é o PEC (iniciais de Pacto de Estabilidade e Crescimento) é um acordo entre os países da União Europeia, e que diz que todos os países da união devem apresentar regularmente programas de estabilidade que respeitem os objectivos macroeconómicos contidos nesses programas, como por exemplo o défice público ser igual ou inferior a 3% e a dívida pública inferior a 60% do PIB. As suas alterações eram impostas pelas sucessivas crises e cimeiras da União Europeia para as resolver, pois os cenários económicos mudavam a cada semana. Sempre que havia uma lá vinham mais novidades (já quase chegámos à trintena de cimeiras e a crise ainda persiste). Agora alteram-se os pressupostos ao mesmo ritmo. Mas, internamente, não se usa o termo PEC. Este exercício não tem outra intenção que avivar algumas memórias que esquecem muito rapidamente que este, ou qualquer país democrático, está sujeito a um sem número de variáveis e nem todas dependem duma só pessoa. Certamente nem tudo correu bem ou tão bem como se esperava, mas, e isto é inegável, o nosso país atingiu valores de exportação, patamares de tecnologia e de liderança em algumas áreas que ainda hoje estão na primeira linha dos negócios com o exterior. Chamo a atenção para uma recente entrevista do Presidente Ramos Horta, de Timor Leste, a um jornal de economia português. O caminho que o anterior governo tentou não era este, tinha acordos com as instâncias europeias para se fazer então o que

agora estão a fazer com a Espanha e Itália. O PSD e o CDS não o quiseram e resultado disso temos cá a apelidada “Troika” mas, estes salvadores, é bom que o saibamos, estão cá a fazer o negócio para o qual foram criados. Acorrem a estas situações e assim ganham cerca de 38.000 milhões de euros ou seja não nos estão a fazer favor nenhum. Mas isto, mais uma vez, é história e o tempo julgará. Mas, e o presente? E, o futuro? Sem querer ser muito exaustivo pediu para olharmos para o que está a acontecer à nossa volta com as nossas empresas, com níveis de actividade a cair tão drasticamente que as insolvências crescem a um ritmo impensável e com isso o índice de desemprego atinge valores recorde. A quebra do consumo individual é também histórica e nos seus quase 30 anos de experiência profissional nunca assistiu a nada semelhante e as experiências que vai partilhando são do mesmo teor e profissionalmente não faz política, reserva isso para duas a três horas, de três em três meses. Quem votou no actual governo tem o importante papel de transmitir a realidade da situação aos seus partidos pois, sabemos que as coisas vistas do Terreiro do Paço ficam muito distorcidas e ficarmos calados, perante o que se está a passar, não ajuda quem governa. E não se admirem, mas alguns vão ter de se habituar à crítica, porque quando não exerciam o poder era tudo fácil e tinham soluções para tudo, agora são excelentes a parar, a cancelar, a cortar, a cobrar, a aumentar participações e a vender. Não têm sido bons a construir, a criar confiança para os particulares e as empresas recomecem a investir e a gerar o crescimento necessário para o futuro dos nossos jovens. Mas isto afeta o nosso concelho? Sim, veja-se o que se passa com os serviços médicos, o que querem fazer com o tribunal, o que se ouve de encerrarem mais escolas, a próxima alteração da lei das autarquias em que são eliminadas 25% das freguesias e o possível encerramento da repartição de finanças. Apenas um exemplo, dizem-nos que encerram extensões de saúde por falta de médicos e que a situação só se inverterá daqui a quatro anos, e eu penso então e as nossas gentes não contam, era aqui que tinha de se poupar? E os nossos descontos e participações não servem para nada? Claro está que a economia local será afetadíssima com a perda de serviços que empregam pessoas com ordenados razoáveis e seremos mais um concelho que caminhará para a perda acelerada de população. Penso que todas as bancadas aqui presentes estão muito apreensivas com este rumo. Mas temos de agir, não nos restará muito mais do que demonstrar solidariedade com o documento aprovado por unanimidade pelo executivo e estendê-lo a esta assembleia pois o conformismo e a resignação nada nos trarão. Se faço estes reparos não é por pretender qualquer espécie de superioridade ou protagonismo antes pretendo que juntos façamos parte da solução, construir pontes de consenso, se possível com o contributo de todos. -----

Terminou saudando o novo líder de bancada do maior partido da oposição desejando-lhe um bom trabalho e para endereçar cumprimentos ao Álvaro Pinho, líder cessante. -----
A próxima intervenção foi a de **Cláudia Maria Rodrigues da Silva**: Iniciou a sua intervenção dizendo que, esta assembleia começou com um certo alarmismo relativamente a todas as condições que nos esperam no futuro e neste concelho. Foram aqui enumerados vários encerramentos, o que é do conhecimento público há já algum tempo. E já há algum tempo, que vários membros têm alertado para essa situação, inclusivamente, tendo feito alguma pressão, sobre o presidente da câmara municipal, para defender os interesses do concelho quando chegasse o momento de encerramento dos serviços públicos enunciados. Tem feito alguns esforços que, pelos vistos, não são suficientes. Poderiam aqui levantar várias causas: a questão do peso político, da falta de dinheiro, da Troika, de sermos do interior. Considerou que, uma consequência tem contribuído para o problema, que é a desertificação do nosso concelho. É importante fixar gente no concelho. Isso não tem acontecido nos últimos tempos. Fruto de decisões políticas ou outras, sobretudo políticas, que têm feito com que as nossas gentes se desloquem para outros locais. Referiu conhecer mais do que um caso de pessoas que não conseguiram construir cá e foram para fora. Para quem ficou, passará a não haver Tribunal, não há Postos Médicos e outros serviços que poderão encerrar. Também gostava saber se é a favor, ou não, dos mega agrupamentos. O executivo, neste momento, tem que tomar uma posição. A Carta Escolar surgiu, na altura, fruto de outras políticas educativas e de outros documentos que orientavam a educação em

Portugal, elaborada e aprovada há uma década. Tem que repudiar o encerramento mas tem de apresentar alternativas. Desejou, também, uma vez que há fortes possibilidades de as Câmaras Municipais ficarem um pouco condicionadas e obrigadas a suspender algumas empreitadas, saber se o executivo vai definir algumas prioridades. Quanto ao encerramento das freguesias, referiu que a bancada está disponível para discutir esse assunto neste órgão e pugnar no que for possível e no que estiver ao seu alcance porque o sentido e sentimento vai ser apenas um: duas vão encerrar, foi aqui dito, vamos lutar por aquilo que vai ser o melhor para os cidadãos. Tinha intenção de terminar aqui, mas, não pôde deixar de ouvir com atenção a intervenção do líder da bancada do PS que fez o seu papel político, e muito bem, achou que o seu discurso devia ser enviado à Assembleia da República porque a sua preocupação é, sobretudo, nacional, compreendo, isto afeta-nos localmente. Esteve a ver quando é que falava do concelho, porque já ia tão longo na sua intervenção quanto ao que se passa por este mundo fora. Retomando o início do seu discurso, referiu termos aqui uma responsabilidade, que é, sentarmo-nos e discutirmos o que é importante para o concelho, definir prioridades e apresentar soluções. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para referir o seguinte: Sobre as alterações ao mapa judiciário, disse aceitar a sugestão que seria tomada em linha de conta. Antes de passar a palavra ao presidente da câmara municipal, como aqui foi referido e pensa que foi a única deliberação aprovada pelo executivo, formalmente, sobre a extinção do juízo, porque já não temos uma comarca, exortava, antes do intervalo, aos líderes das bancadas, se assim o entenderem, para concertarem uma tomada de posição quanto a esta matéria, porque o presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, eventualmente, irão a uma reunião com responsáveis da Ordem dos Advogados e não ficava mal levarem uma moção aprovada neste órgão. Deixou esse desafio aos líderes das bancadas desta assembleia municipal. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, tendo referido ter estado atento à intervenção de Claudia Silva, para dizer que, para além de dar conhecimento, ao presidente da assembleia municipal, dos ofícios remetidos a solicitar esclarecimentos, bem como, as respostas recebidas, também a entrega das opiniões transmitidas através de propostas, incluindo os pedidos de audiência. Mencionou já ter dado propostas, por exemplo, em relação ao Tribunal. Em Águeda, tem vinte e tal mil processos de execução pendentes. Referindo que, passando metade dos processos de Águeda para o Tribunal de Sever do Vouga já não teríamos qualquer problema. O executivo tem dado inúmeras sugestões e apresentado provas contra a decisão que querem tomar ao nível do ministério. Querem resolver o problema do Tribunal de Sever do Vouga? Já deram sugestões? Sugeriu fazer-se como para Vagos, Ílhavo, Anadia e Albergaria-a-Velha, que passam a ter competências genéricas, sem as especializações. Passamos a ter, em Sever do Vouga, os mil processos por ano, em vez dos duzentos e cinquenta que eles dizem que têm agora. Referiu ter tentado envolver a delegação da Ordem dos Advogados, neste concelho, através do seu presidente, neste processo. Parece quererem dar propostas, como para as portagens. Mas, em vez de barafustar contra as portagens, com buzindões e a destruição dos pórticos nas autoestradas, devemos apresentar argumentos válidos e oferecer soluções. Foi o que tem feito nos últimos tempos. Em relação às portagens, sabe que os argumentos genéricos não valem nada. O estado têm a necessidade de proceder ao pagamento das autoestradas construídas e como não tem dinheiro, recorre à cobrança das portagens. Terá de haver critérios de equidade, porque, há dias, informou que os cidadãos dos Municípios com menos de oitenta por cento da média do poder de compra não iriam pagar. Assim, pergunta-se: - porque é que ficamos de fora? Por pertencermos à NUT III - do Baixo Vouga que, em média, têm um nível do poder de compra superior aquele valor. Mas, esse argumento não funcionou, pese embora estarmos próximo da NUT III – Dão/Lafões, nem das que ficam ao longo da A25. Também, apresentou como argumento os incentivos previstos naquele diploma que define os benefícios para as regiões carenciadas. Era um excelente argumento, elogiado na CIRA, mas que não surtiu efeito, por não ser atendido e não sermos ouvidos. -----

Em relação à desertificação, referiu que podemos ter tomado políticas erradas mas, então, tomamos todos, independentemente dos partidos que fazemos parte. Sugeriu que visse os resultados dos últimos censos e estabelecesse uma comparação com os anteriores, certamente constataria não haver uma desertificação, porque a média no decréscimo é quase igual em todos os concelhos, independentemente de quem está no executivo. -----

Em relação aos equipamentos, disse ser a favor do agrupamento vertical em Sever do Vouga. Têm é que ter um funcionamento diferente. -----

Quanto às obras, as prioridades serão definidas se tivermos que tomar essas decisões. Para já, não estamos nessa fase de tomar decisões. Até porque, não irão ser lançadas muitas obras, porque teremos de cumprir o que ficar definido naquela norma. A qual estabelecerá que, só se poderá assumir novas despesas se tivermos fundos próprios. -----

Em relação ao estado social, essa é uma questão ideológica. Referiu não ser defensor do estado social nos moldes em que está definido. Mas considera que tem de haver algum estado social, porque, senão, o que seria dos mais desprotegidos e desfavorecidos? -----

Por último, interveio o membro **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira**, tendo referido que, o primeiro assunto que o conduziu a intervir, nesta data e neste local, prende-se com a visita a um conjunto de obras a decorrer no concelho e consideradas de grande importância para o futuro do município. Na assembleia do passado mês de setembro, os membros do PSD, deste órgão, apresentaram um requerimento ao senhor presidente onde propunham o agendamento e organização, durante o mês seguinte, de uma visita às Barragens de Ribeiradio - Ermida, à nova Escola Secundária e às instalações do Vougapark. Como até ao momento, passados quase cinco meses, apenas se realizou a visita à barragem de Ribeiradio, gostaria saber para quando estão agendadas as restantes visitas ou se não é, de todo, sua intenção em organizá-las? Em caso afirmativo, deixava aqui um pedido. Que os membros desta assembleia sejam informados com a devida antecedência por forma a poderem organizar a sua vida pessoal e profissional, para poderem assistir às respectivas visitas. -----

Disse que o segundo assunto que trazia também não era novidade. Em várias assembleias já foi referido e devido à sua importância pensamos que é relevante abordá-lo novamente, ou seja o Vougapark. De facto, e mais uma vez afirmava, que não tinha quaisquer dúvidas que este é um equipamento que, se bem gerido, pode assumir-se como estruturante para o desenvolvimento do concelho. E, nesse sentido, a nossa preocupação tem vindo a aumentar conforme vai passando o tempo e a sua construção se aproxima do final. A pergunta que gostaria de colocar ao senhor Presidente da Câmara é a seguinte: desde a última assembleia que ações concretas foram realizadas para a dinamização e aproveitamento deste equipamento? Já sabemos, de intervenções anteriores, que a Universidade de Aveiro manifestou interesse e que havia um determinado centro de formação que também teria a intenção de fazer qualquer coisa, mas pensava que estamos a chegar ao momento da apresentação de projetos e ações concretas. Isto é tão mais importante, quando numa conjuntura tão difícil como a atual, em que para além da crise económica, social e financeira, fruto de muitos anos de políticas nacionais questionáveis (PS governou 14 dos últimos 16 anos), assistimos a uma reorganização territorial dos serviços públicos, que poderão colocar um concelho, como Sever do Vouga, sem alguns serviços que nunca estiveram no nosso horizonte perdê-los. E este facto, que seguramente a maioria de nós, se não a totalidade, contesta, ou seja o encerramento de serviços públicos, deve-nos fazer refletir e encontrar as melhores formas de superar este período. Neste ponto, e de acordo com vários especialistas em desenvolvimento local, os municípios, cada vez mais, terão de se preocupar com outro tipo de indicadores económicos. Com isto quis dizer que, para além de indicadores como a percentagem da população coberta por abastecimento de água e saneamento, como o número de médicos por habitante, haverá outros indicadores muito importantes. Estamos a falar de, por exemplo, o número de postos de trabalho qualificados criados e existentes, a captação de jovens licenciados, as exportações vs importações ao nível de cada município. Em suma, a dinamização económica, o empreendedorismo de base local assumirão cada vez mais uma importância decisiva para o desenvolvimento dos territórios. Exemplo de tudo isto é a

assinatura, ainda na passada quarta-feira de um protocolo de cooperação entre o governo, a associação nacional de municípios portugueses e as instituições de ensino superior para o reforço de atividades capazes de dinamizar o empreendedorismo. Assim, considera fundamental tornar o Vougapark num verdadeiro instrumento de alavancagem do desenvolvimento do nosso concelho. Por tudo isto, pensava que é importante que todos conheçamos as ações concretas de dinamização deste equipamento e qual a estratégia definida. Até para podermos responder às perguntas que nos vão fazendo cá e por esse país fora, como é caso de, ainda esta semana, me terem perguntado em Lisboa, como é que estava a nossa mega incubadora de seis milhões de euros. -----

O **Presidente da Câmara** respondeu da seguinte forma: Considera que a questão mais importante, colocada pelo membro Nuno Ferreira, prende-se com o VougaPark. Neste momento, estão a ser alinhavadas as formas de dinamização e divulgação do empreendimento. Está-se numa fase de grande crise económica, que não é bom para este tipo de empreendimentos, ou seja, a altura da dinamização surge numa altura de recessão económica e de grande crise económica. Se permitisse, na próxima Assembleia Municipal, já traria aqui aquilo que estamos a delinear com a escola profissional. Chegámos a equacionar a hipótese de uma empresa de marketing fazer a divulgação. Temos lá espaços onde as empresas podem ficar lá definitivamente e funcionar como uma pequena zona industrial. Neste momento, está-se, também, a trabalhar na possibilidade da Universidade de Coimbra se associar a este evento porque pensamos que a Universidade de Aveiro estará mais preocupada com o Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro do que neste projeto, embora, aqui, o enfoque da Universidade de Aveiro está nos cursos de especialização tecnológica que não é uma coisa que preocupe muito, porque está mais interessado em que os cursos a fazerem-se ali não sejam os cursos tecnológicos dados tradicionalmente, mas que sejam mais aqueles que as empresas, efetivamente, precisem. Se deixarem passar aqui mais algum tempo, depois será feita a divulgação daquilo que está a ser articulado com a Escola Profissional de Aveiro, porque é quem está a trabalhar conosco na melhor maneira de fazermos a divulgação. -----

Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo.-----

Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 2 - Ordem do Dia -----

2.1 – 1ª Revisão Orçamental – Depois de prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 1ª Revisão Orçamental de 2012, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros); o Orçamento de Despesa com um reforço de 433.500,00€ (quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos euros) e anulações no valor de 83.500,00€ (oitenta e três mil e quinhentos euros); o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 261.500,00€ (duzentos e sessenta e um mil e quinhentos euros) e anulações no Plano de Atividades que ascenderam a 5.500€ (cinco mil e quinhentos euros). Este documento foi aprovado, por unanimidade, com os votos a favor de todos os membros presentes, num total de vinte e sete: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Cipriano de Arede Nogueira, Claudia Maria Rodrigues da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, David Dias Cabral, Ercília Maria Marques Pedro, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Isabel Maria Soares dos Santos, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Rui Manuel de Jesus Nunes, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva. -----

2.2 – Mapa de Pessoal – 1ª Alteração – Seguidamente, no uso da competência conferida ao órgão deliberativo, através do n.º 3, do art.º 5º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi apreciada e aprovada, por unanimidade, a 1ª Alteração do Mapa de Pessoal, deste ano de 2012, com os votos a favor dos vinte e sete membros presentes: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Cipriano de Arede Nogueira, Claudia Maria Rodrigues da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, David Dias Cabral, Ercília Maria Marques Pedro, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Isabel Maria Soares dos Santos, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Mário Coutinho Martins, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Rui Manuel de Jesus Nunes, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva.-----

2.3 – Venda de Participação Financeira – Autorização – Em reunião de Câmara do passado dia 14 de Dezembro de 2011, o órgão executivo deliberou apresentar uma proposta à Assembleia Municipal referente à venda da participação financeira que o Município detém na Município, S.A., uma vez que já não necessita dos seus serviços de cartografia e os outros Municípios não estão interessados na aquisição das mesmas. Foi aprovado, por maioria, autorizar a venda das referidas participações financeiras.-----

Votação – A favor: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudia Maria Rodrigues da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, David Dias Cabral, Ercília Maria Marques Pedro, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Mário Coutinho Martins, Rui Manuel de Jesus Nunes e Sandra Henriques da Silva; **Abstenções:** Álvaro de Pinho Duarte, Cipriano de Arede Nogueira, Isabel Maria Soares dos Santos, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira e Rui Manuel Pires da Silva. -----

3 – Outros Assuntos – Por unanimidade, foi aceite a apreciação do seguinte ponto, que foi acrescentado à “Ordem do Dia” neste ponto.-----

3.1 – Encerramento do Tribunal de Sever do Vouga – Moção – No seguimento da “Reforma do Mapa Judiciário”, a Assembleia Municipal analisou a posição da Câmara Municipal relativamente ao encerramento do tribunal de Sever do Vouga, atualmente fazendo parte da Comarca do Baixo Vouga, e, decidiu, por unanimidade, subscrever a sua moção através da elaboração de um documento para se fazer chegar às instâncias superiores, com o manifesto de um total desagrado por um eventual encerramento do tribunal, dadas as consequências para toda a população e futuro do concelho. -----

----- **3 - Período Destinado ao Público** -----

Não houve intervenção do público. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
